

Introdução

A lógica do capitalismo é a lógica do interesse para os indivíduos, do lucro para as empresas, e da competição para os Estados-nação; é uma forma dura senão implacável de organização social, mas define as sociedades modernas, porque, até hoje, foi ela que se revelou a mais capaz de promover o desenvolvimento econômico — a melhoria dos padrões de vida. Há outras lógicas nessas sociedades: há a lógica da república ou do interesse público; a lógica da democracia ou da liberdade e da igualdade; a lógica do socialismo ou da solidariedade; e a lógica do ambientalismo ou da proteção da natureza. São quatro lógicas mais humanas, mas são em parte utópicas. Elas correspondem a ideais que estão de alguma forma presentes nas sociedades modernas, mas não são dominantes. Seu grande papel é o de temperar o capitalismo, é o de dar sentido a um projeto coletivo de nação e mesmo a um projeto coletivo de humanidade. É de tornar o capitalismo menos individualista, menos corrupto, menos autoritário, menos injusto, e menos predatório da natureza. Para uma sociedade ser bem-sucedida não basta haver-se desenvolvido no plano econômico; ela precisa que a maioria de seus

membros sejam cidadãos republicanos, éticos, democráticos, socialistas e ambientalistas.

Desde 1930 o Brasil experimentou um extraordinário processo de industrialização ou de sofisticação produtiva. O mundo rico, desde 1940, apresentou resultados semelhantes. Desde os anos 1980, porém, o desenvolvimento econômico nos países ricos tem sido pequeno e instável, e a desigualdade só tem aumentado, o mesmo ocorrendo no Brasil desde os anos 1990. Os países ricos liderados pelos Estados Unidos se viram desafiados pelos países em desenvolvimento do Leste e do Sudeste da Ásia e pela pressão migratória dos povos pobres vizinhos, e abandonaram o desenvolvimentismo social-democrático que Franklin Delano Roosevelt havia inaugurado nos anos 1930 e que encontrou sua mais plena realização nos países europeus no pós-guerra, nos Anos Dourados do Capitalismo. Abandonaram a social-democracia, e mergulharam em um liberalismo econômico radical e agressivo enquanto suas taxas de crescimento declinavam, a instabilidade financeira voltava a ser um grande problema, os trabalhadores e os pobres viam seu padrão de vida estagnar, e as sociedades nacionais dos países centrais, que eram razoavelmente coesas nos anos 1950 e 1960, tornaram-se divididas e sem rumo a partir de 1980. O Brasil, 10 anos depois, a partir de 1990, seguiu os passos do Norte — do liberalismo econômico — e, desde então, se desindustrializou, mas avançou no campo social e político. Entretanto, desde 2013, seguiu também o caminho dos Estados Unidos de uma divisão social e de uma perda de valores republicanos e solidários.

GRÁFICO 1
PIB *per capita* do Brasil em relação ao dos Estados Unidos
— 1950-2016



Fonte: Maddison Project Database, versão 2018.

Nesse quadro competitivo, o Brasil precisa dramaticamente de um projeto nacional; precisa vencer a quase-estagnação econômica que já dura quase 40 anos, precisa se reindustrializar ou voltar a se sofisticar produtivamente, e precisa, no plano político, recuperar a relativa coesão social perdida nos últimos cinco anos. Entre 1930 e 1980 o Brasil se industrializou e a renda *per capita* brasileira cresceu a uma taxa *per capita* de 3,8% ao ano; desde os anos 1980, o país entrou em desindustrialização e a economia está quase-estagnada, crescendo à modesta taxa de 1,0% até 2016, magnitude insuficiente para que o Brasil possa alcançar o nível de renda *per capita* dos países ricos. O Brasil está ficando para trás no conjunto dos Estados-nação e precisamos reverter isso. O que se espera de um país em desenvolvimento é que ele

faça o alcançamento,¹ ou seja, que cresça mais rapidamente que os países ricos e, assim, que sua renda convirja para o nível de renda desses países. Isso aconteceu entre 1930 e 1979. Tomando-se apenas os Estados Unidos como parâmetro, a renda por habitante brasileira que em 1950 era 5 vezes menor do que a desse país, passou a ser 2,68 vezes menor em 1980, ocorrendo, portanto, forte *catching up*. Em seguida, porém, a tendência inverteu-se, e em 2014 nossa renda por habitante era 3,42 vezes menor que a americana.² O Brasil passou a ficar para trás. O gráfico 1 ilustra o comportamento dessa relação. Em 2006, graças ao *boom* de *commodities*, o Brasil voltou a reduzir a distância em relação ao PIB *per capita* americano, mas a tendência se reverteu novamente em 2015.

Entre 2014 e 2016 o Brasil passou por grave recessão. O produto interno bruto apresentou uma queda de 7,11% e o desemprego chegou a um auge de 13,7% da população ativa. Seis milhões de brasileiros foram jogados na pobreza. Ao mesmo tempo que o Brasil entrava em recessão, em 2014, entrava também em grave crise fiscal. O superávit primário do setor público, que fechou o ano de 2013 em 1,72% do PIB, começou a apresentar uma queda expressiva nos primeiros meses de 2014, transformando-se ao final daquele ano num déficit primário de 0,57% do PIB. Com a recessão iniciada no segundo trimestre de 2014, o déficit primário aumentou ao longo de 2015, fechando esse ano em 1,85% do PIB. O Brasil entrou em crise fiscal. A partir de 2017 a economia brasileira entrou na fase de recuperação do ciclo, a inflação caiu de forma surpreendente, e o Banco Central ficou sem alternativa

¹ A palavra pode parecer estranha, mas está no Houaiss, é "o ato de alcançar". Parece, portanto, uma boa tradução para *catching up*, desde que nos acostumemos com ela.

² Dados obtidos a partir da Penn World Table versão 9.0 cujo sítio na internet é: <www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/>.

senão baixar os juros. A taxa de crescimento voltou a ser positiva, alcançando um modesto 1% nesse ano, enquanto a taxa de investimento foi de apenas 15,6% do PIB. Diante disso, os incêfáveis espíritos conservadores, herdeiros do Dr. Pangloss, donos de um otimismo inquebrantável quando estão no poder, já estão dizendo que o Brasil "retomou o desenvolvimento" e poderá crescer, nos próximos anos, 3% ao ano, número que corresponderia ao "produto potencial brasileiro". Ora, essa taxa de crescimento não resulta em alcanceamento, apenas não deixa a economia brasileira para trás. É uma meta baixa, satisfatória apenas para os muito ricos, mas incapaz de elevar firmemente os padrões de vida e de abrir oportunidades para os jovens. E certamente não será alcançada, se continuarmos com o regime de política econômica liberal, porque as crises financeiras cíclicas serão constantes.

O fato é que a economia brasileira está semiestagnada. Por quê? Porque não tem um projeto de desenvolvimento desde 1980? Porque adota um regime liberal de política econômica desde 1990? Porque está presa em uma armadilha macroeconômica de juros altos e câmbio apreciado? Porque o populismo fiscal e o populismo cambial impedem de essa armadilha ser levantada? No caso afirmativo, o que é preciso fazer? Quais as políticas econômicas e as reformas que colocarão o Brasil novamente na rota do crescimento e do alcanceamento?

Desde 1980 a economia brasileira deixou de realizar o alcanceamento dos padrões de vida dos países ricos; desde 1990 abandonou o projeto desenvolvimentista e se deixou dominar pelo capitalismo financeiro-rentista e sua ideologia neoliberal. Para que a nação volte a ser viva e atuante é preciso que volte a ter um projeto, e para isto são necessárias ações políticas em muitos setores. Neste livro, limitarei seu escopo à economia e a uma breve proposta de reforma política. Para isso, farei um diagnóstico dos problemas fundamentais a partir de uma teo-

ria econômica em construção — o novo desenvolvimentismo. Discutirei e procurarei definir os fatos históricos novos que levaram a economia brasileira a uma quase-estagnação que já dura quase 40 anos. Mostrarei as duas formas históricas de organizar o capitalismo: o desenvolvimentismo e o liberalismo econômico. Farei a crítica do liberalismo econômico, que é incapaz de promover o crescimento do Brasil e o alcance dos níveis de renda dos países ricos, e a crítica das elites econômicas, políticas e intelectuais brasileiras, de seu desprezo pelo povo, de sua aliança subordinada ao capitalismo financeiro-rentista global e de seu complexo colonial de inferioridade. Mostrarei que existe no Brasil a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, que é causada pela doença holandesa e por um nível persistentemente alto da taxa de juros. Explicarei por que o investimento e o desenvolvimento econômico dependem da taxa de câmbio. E, contraintuitivamente, por que o Brasil não precisa de capitais externos para crescer, e, portanto, por que deve rejeitar déficits em conta-corrente. Por que isto não significa rejeição às empresas multinacionais; apenas o fato que superávits em conta-corrente deverão financiar as empresas multinacionais brasileiras. Criticarei a alta preferência pelo consumo imediato existente na sociedade brasileira, que resulta em populismo econômico, seja por meio do gasto irresponsável do Estado, expresso em elevados e crônicos déficits públicos, ou do populismo cambial, expresso em elevados e crônicos déficits em conta-corrente. E farei propostas concretas: uma proposta de política macroeconômica, a partir das duas contas básicas (a fiscal e a cambial) e dos cinco preços macroeconômicos (a taxa de juros, a taxa de câmbio, a taxa de salários, a taxa de inflação e a taxa de lucro). Farei proposta sobre as reformas institucionais necessárias — a reforma da desindexação, a reforma do novo teto fiscal, a reforma da previdência, a reforma cambial incluindo a

neutralização da doença holandesa, e a reforma gerencial. Defenderei a política industrial, mas não como substituto e sim como complemento da política macroeconômica e das reformas, e defenderei a política de exportação de bens e serviços crescentemente sofisticados. Terminarei o livro perguntando quem ganha e quem perde com essa política, e mostrarei que o único grupo que realmente perde é o dos rentistas e financistas, que não estão interessados no desenvolvimento do Brasil.

O objetivo deste pequeno livro é discutir a economia brasileira desde 1990, quando o regime de política econômica desenvolvimentista foi abandonado e o país começou a instalar um regime de política econômica liberal. É discuti-la e, principalmente, definir um projeto para o Brasil. Um projeto de desenvolvimento econômico claro e objetivo, que permita que políticos competentes, dotados de espírito republicano e solidários com seu povo, façam a crítica do liberalismo econômico e do desenvolvimentismo incompetente, e liderem o Brasil de volta ao desenvolvimento perdido. Nessa tarefa haverá um inimigo sempre nos rondando: o populismo — o populismo fiscal e o populismo cambial, que liberais e desenvolvimentistas compartilham, mas de forma diferente. O populismo liberal se expressa na política de crescimento com endividamento externo e na consequente defesa de déficits em conta-corrente crônicos e elevados que apreciam a moeda nacional e aumentam o consumo dos rentistas ao invés do investimento, e na defesa de taxas de juros injustificáveis que, além de apreciar a moeda nacional, representam uma captura do patrimônio público pelos rentistas e financistas. O populismo desenvolvimentista expressa-se na mesma defesa do crescimento com endividamento externo e na defesa de expansão fiscal em qualquer circunstância.

As políticas macroeconômicas e as reformas que discutirei neste livro levarão o Brasil a retomar o desenvolvimento e

realizar o alcanceamento. Elas constituem as bases económicas de um projeto de nação. Mas elas só serão possíveis se uma nova coalizão de classes desenvolvimentista, formada por empresários industriais e do agronegócio, trabalhadores e classes médias assalariadas e progressistas, se tornar realidade. Coalizão à qual se opõe uma coalizão liberal, financeiro-rentista, formada pelos capitalistas rentistas, inclusive a classe média tradicional, os financistas, as instituições financeiras privadas e os interesses estrangeiros, que hoje está no poder.

Para que essa coalizão de classes desenvolvimentista se forme, é necessário que seus membros, principalmente seus dirigentes, tenham para si um projeto claro. O projeto que o PT levou para o governo foi apenas um projeto de política industrial, além do projeto social de diminuição das desigualdades. Há nas esquerdas a ideia de que basta se insurgir contra a injustiça e defender a justiça, mas apenas o argumento moral e distributivo não é suficiente. É essencial que sejam partilhados e façam sentido para todos uma narrativa e um projeto comum sobre como retomar o desenvolvimento. Só assim uma nova coalizão de classes desenvolvimentista poderá se tornar hegemônica e realizar o projeto. O novo desenvolvimentismo é uma contribuição teórica; este livro, uma tentativa de organizar e definir essa narrativa e esse projeto.

Tenho muitos a agradecer pelo apoio que me deram para escrever este livro. Em primeiro lugar, agradeço a Patrícia Cunha e a José Luis Oreiro pela revisão cuidadosa que fizeram e por suas sugestões. Agradeço também a Mario Bernardini, Nelson Marconi, Rodrigo Bresser-Pereira e Geraldo Mellone, que me ajudaram a pensar este livro, a minha mulher de toda vida, Vera, e, finalmente, a Cecilia Heise, que faz a revisão final de todos os meus trabalhos.